

A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA E A REALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR EM LUCAS DO RIO VERDE- MT¹

Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira²

Resumo

Este estudo aborda o processo de expansão da fronteira agrícola e a realidade da agricultura familiar no município de Lucas do Rio Verde localizado no norte de Mato Grosso. A área foi contemplada com muitos projetos de colonização destacando o PEA (Projeto Especial de Assentamento) de Lucas do Rio Verde. Os resultados revelaram que as ações do estado serviram para incorporar novas áreas agrícolas ao sistema produtivo nacional. Mostraram também a luta e a variabilidade das condições de reprodução dos agricultores familiares num espaço reproduzido pelo capital e integrado à economia nacional e mundial. No entanto, os pequenos produtores vêm enfrentando dificuldades para se manter no mercado devido à falta de incentivo governamental o que poderá dar continuidade à rotatividade da categoria no meio rural.

Palavras Chaves: colonização, fronteira agrícola, agricultura familiar.

Abstract

This study addresses the process of expansion in the agricultural frontier and the reality of the family farming in the municipality of Lucas of the Rio Verde. This region has been chosen for the implementation of many development projects especially the PEA (Special Project for Homesteading). The findings indicated that the actions of the state have helped to incorporate new agricultural areas into the national crop system. They also showed the struggle and the variability of the conditions of

¹ Este estudo é parte da dissertação de Mestrado desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geociências, da Universidade Federal de Santa Catarina.

² Mestre em Geografia e Professora Substituta do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso.

production on the family farms in a space produced by the capital and integrated with the national and world economy. However, the small producers have been facing difficulties to keep up with the market due to the lack of incentives from the government that in turn can continue to cause the turnover of the agriculture families in the rural environment.

Keywords: colonization, agricultural frontier, family farming.

Introdução

Nas últimas décadas, as políticas públicas favoreceram a ocupação e a expansão da fronteira agrícola, cuja temática passou a fazer parte de pesquisas e do debate acadêmico, desenvolvido por muitos cientistas, nacionais e estrangeiros³, dentre os quais se destacam historiadores, sociólogos, antropólogos e economistas. Os geógrafos⁴ também pesquisaram o tema e as investigações centraram-se no processo de construção do território.

A fronteira não é um território novo, sendo considerada como uma área pouco explorada economicamente, com baixa densidade demográfica e distante da região Centro-Sul do país, onde se dava acumulação de capital. Apesar de parcialmente vazia em termos populacionais e distante dos centros econômicos, a fronteira era dotada de potencialidades geoeconômicas, necessárias para promover uma ocupação definitiva e integrar-se ao processo produtivo nacional. Sobre esta questão GRAZIANO DA SILVA (1982) alerta que uma área vazia, do ponto de vista demográfico, não se constitui fronteira; ela somente pode ser considerada fronteira do ponto de vista do capital.

A fronteira é um espaço geográfico que abriga processos sociais, sendo demarcada pela expansão do capital no campo brasileiro. Como observa MARTINS (1985), na fronteira, pode-se observar como as sociedades se formam, se reproduzem e se desorganizam.

³ A fronteira foi discutida inicialmente pelo historiador norte-americano Turner, quando este procurou explicar a expansão do Oeste dos E. U. A. Sobre esta questão, ver MIRANDA (1984) e VELHO (1981).

⁴ Entre os geógrafos brasileiros que têm discutido a problemática da fronteira, merecem destaque BECKER (1982), MOURA (1983) e MIRANDA (1984).

Após meados da década de 60, num projeto previamente determinado pelo Estado, difundiu-se a modernização tecnológica na agricultura brasileira. Apesar do grande avanço no plano econômico produtivo, aumentou a concentração de terras e se agravaram os problemas sociais rurais. A questão agrária passou a ser solucionada através de mecanismos públicos, criados para intervenções pontuais. Neste sentido, foram abertas as terras em área de fronteira no Centro Oeste e na Amazônia. A incorporação daquele espaço à economia nacional se concretizou através da implantação de grandes projetos agropecuários e das colonizações, viabilizadas institucionalmente e claramente explícitas nas políticas públicas dos sucessivos governos militares.

No Brasil, historicamente, foram ocupados dois tipos de fronteira: a agrícola e a extrativa, as quais apresentam características distintas. Muito embora não seja objetivo deste trabalho discutir as diferenças, cabe salientar que, segundo REDWOOD (1982), a fronteira agrícola desempenhou várias funções e elas serão destacadas a seguir.

A fronteira agrícola cumpriu o papel de mercado regulador de alimentos e gêneros de primeira necessidade, para abastecer o mercado interno. Serviu também à expansão da produção em grande escala, ou seja, para a implementação de monoculturas voltadas ao abastecimento do mercado externo. Neste sentido, a fronteira possibilitou a realização e reprodução da sociedade capitalista, que se instalou como empreendimento econômico, sendo representada por diversas empresas ou imobiliárias, as quais compraram, venderam ou lotearam terras, abrindo oportunidade para novos empreendedores, não só no meio rural mas também no urbano.

Também serviu como válvula de escape para resolver problemas sociais relacionados à questão da terra, particularmente no sul do país. Neste sentido, ela funcionou como orientadora dos fluxos migratórios, pois, para a fronteira, se dirigiram boa parte de produtores familiares expropriados do campo. Para estes trabalhadores, as áreas de fronteira representavam uma nova oportunidade para recomeçar a vida.

Os produtores familiares que se instalaram na fronteira eram originários de lugares onde o capital se expandiu na agricultura. A dificuldade de conseguir emprego nos centros urbanos e a impossibilidade

de acesso ao trabalho assalariado, rural ou urbano, levou-os a buscar outras formas para realizar a vida.

Mas esta oportunidade não surgiu por acaso, o Estado havia adotado uma estratégia geopolítica para explorar os recursos naturais em área de fronteira, através de grandes empresas, nacionais e estrangeiras, as quais demandavam mão-de-obra. No processo, a fronteira agrícola foi ocupada e ela serviu para desestruturar as “lutas camponesas” no país.

No norte de Mato Grosso, foram elaborados e implementados vários projetos de Colonização, destacando-se: PAC (Projeto de Assentamento Conjunto), entre o INCRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária e Colonização) e a propriedade privada, PAD (Projeto de Assentamento Dirigido), PAR (Projeto de Assentamento Rápido), PIC (Projeto Integrado de Colonização), PEA (Projeto Especial de Assentamento), dentre outros.

Escolheu-se, como área de investigação o Município de Lucas do Rio Verde, localizado no norte de Mato Grosso, por se tratar de um exemplo que reflete os objetivos do Estado, para ocupar e expandir a fronteira agrícola. Nesta área, num primeiro momento, instalaram-se tanto empresários capitalistas como produtores familiares descapitalizados. Destes últimos, a maior parte abandonou o projeto, mas chegaram novos agricultores, vinculados a outros projetos de colonização.

A agricultura familiar foi eleita como objeto de análise do presente estudo. Muito embora não haja consenso conceitual entre os estudiosos sobre o que venha a ser agricultura familiar, em função da heterogeneidade de características da categoria, no período contemporâneo. Entretanto, há um ponto comum e é LAMARCHE (1997) quem coloca a questão nos devidos termos, quando assim se expressa: agricultura familiar é uma unidade de produção, onde trabalho, terra e família estão intimamente relacionados.

Mas apesar da expansão de formas capitalistas de produção na agricultura, os agricultores familiares possuem trajetórias diferenciadas, fazem uso de diversas estratégias de produção para adaptar-se as demandas impostas pelo mercado e assegurar a reprodução familiar. Os produtores sem terra, transferidos do Rio Grande do Sul e, posteriormente, do Nordeste para o Mato Grosso, instalavam-se na fronteira para produzir alimentos de

primeira necessidade, abastecer o mercado interno em franca expansão no país e fornecer mão-de-obra barata aos projetos agropecuários implantados na área.

Os agricultores familiares presentes na fronteira e, particularmente, em Lucas do Rio Verde, foram vítimas da estrutura fundiária concentradora que se arrasta no país, desde a colonização até os dias atuais. As dificuldades de reproduzir a vida como agricultores nas novas terras, resultaram em grande fluxo de retorno. Contudo, houve resistências e, como em outras regiões, também na fronteira a agricultura familiar continua reafirmando sua presença, contribuindo para o desenvolvimento econômico do país.

Este trabalho teve como objetivo analisar o processo de expansão da fronteira agrícola e a realidade da agricultura familiar, no município de Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso, que expressa os resultados da incorporação de novas áreas ao sistema produtivo nacional.

O trabalho se desenvolveu em fases, sendo que, na primeira, se efetuou uma pesquisa bibliográfica, possibilitando a reconstrução histórica da temática e da área de estudo.

Nesta mesma etapa, foram coletados dados secundários em órgãos oficiais e não oficiais do Estado de Mato Grosso e do município em estudo. Nesse sentido, destaca-se: a EMPAER (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural) - escritório local que forneceu subsídios para caracterização do espaço agrário e informações sobre a assistência técnica. No INCRA, foram obtidas informações referentes à implantação do Programa Especial de Assentamento no município, e no INTERMAT (Instituto de Terras de Mato Grosso), dados sobre a estrutura fundiária. A Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde propiciou informações sobre as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Agricultura.

A segunda fase consistiu no trabalho de campo no município, que foi recortado para este estudo. Nesta etapa, utilizou-se a técnica de entrevista realizada junto aos agricultores familiares. Elaborou-se um roteiro semi-estruturado e a amostragem procurou contemplar produtores assentados no início do PEA e outros que se instalaram posteriormente.

Dos primeiros assentados, 25 ainda residem na área, mas foram

entrevistados apenas seis, porque as respostas se tornaram repetitivas, porém suficientes para apreender o histórico da execução do projeto de colonização. Na escolha destes informantes, utilizou-se a indicação dos próprios agricultores, ou seja, um indicava o outro. Na mesma etapa, foram entrevistados 14 produtores, instalados posteriormente à execução do projeto, os quais foram selecionados aleatoriamente, usando como critério à área da propriedade, que deveria ter menos de 100 hectares.

As Políticas Públicas e a Ocupação da fronteira Agrícola no Brasil - 1960/80

Durante o regime militar (1964 até 1984), todos os esforços públicos foram empreendidos para povoar a fronteira agrícola no Brasil e impedir o crescimento das lutas sociais no campo. No governo Castelo Branco (1964-1966), foi promulgado o Estatuto da Terra (Lei n. 4.505, de 30/11/1964), elaborado em meio à pressão organizada do “campeinato”, cuja bandeira de luta centrava-se na distribuição de terras. A referida lei foi elaborada para normatizar e regular os conflitos de terra, tendo como principal objetivo desestruturar o movimento camponês e desmobilizar as lutas sociais no país (FERNANDES, 1996).

O Estatuto da Terra trata em separado os temas reforma agrária e política agrícola de desenvolvimento rural. Muito embora não estivesse explícito, o Estado não tinha intenção de fazer a reforma agrária centrada na distribuição de terras, mas sim criar condições para que o capitalismo se expandisse na agricultura, o que só seria viável através dos médios e grandes produtores rurais.

A intenção do Estado autoritário era implementar o desenvolvimento rural, através da modernização tecnológica da agricultura. Este modelo assentava-se no uso de equipamentos moto-mecânicos (tratores, colheitadeiras, ordenhadeiras e outros maquinários), além de insumos químicos e biológicos (sementes selecionadas, fertilizantes, antibióticos e vacinas para animais, agrotóxicos, corretivos e defensivos).

A modernização da agricultura foi viabilizada por uma série de mecanismos políticos e financeiros, com destaque para o Sistema Nacional

de Crédito Rural (SNCR), institucionalizado em 1965. Os financiamentos subsidiados passaram a sustentar as transformações tecnológicas no setor agropecuário, assegurando a reprodução ampliada do capital urbano industrial no espaço rural. No processo, foram incorporadas não só regiões agrícolas tradicionais, mas, posteriormente também novos espaços, até então consideradas áreas de fronteira agrícola.

Coerentemente, com o Estatuto da Terra, em 1965, criou-se o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). Com este fato, tomou forma o processo de privatização de terras públicas, concedidas para grandes grupos econômicos, para desenvolver projetos minerais e agropecuários. Com incentivos fiscais e privilégios, o capital ocupou “espaços vazios” nas áreas de fronteira das regiões Norte e Centro-Oeste, posteriormente nas áreas de fronteira agrícola.

Para dar suporte econômico aos projetos referidos criou-se o Banco da Amazônia – BASA (Lei 5.122, de 28/09/1966). Em seguida, delimitou-se a Amazônia Legal (Lei Complementar nº 31, de 27/10/1966), que incluía a área do Estado de Mato Grosso, além dos Estados do Amazonas, Pará, Acre, uma parte do Maranhão e de Goiás (ao norte do Paralelo 13), Rondônia, Roraima e Amapá. Além disso, também foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, órgão responsável pelo programa de incentivos fiscais para os projetos minerais e agropecuários naquela região.

No governo Médici (1969 a 1974), em 10/06/1969, instituiu-se o Programa de Integração Nacional - PIN. Para colocar o PIN em prática, foram implementados vários projetos de infra-estrutura em área de fronteira, com destaque para a construção de rodovias, a exemplo da Belém - Brasília e da Transamazônica. Esta última foi construída nos anos de 1971 a 1973 (4.545 Km de extensão) e grande parte desta rodovia passava pelo oeste do Vale do Araguaia, atravessando terras até então desconhecidas, com trechos acidentados, principalmente entre os rios Anapu e Pacajá, no Pará, e entre os rios Jacareacanga, no Tapajós, e Prainha, no Aripuanã. Apesar de todas as dificuldades encontradas no percurso, as rodovias foram abertas para tráfego até a cidade de Rio Branco, no Acre (VALVERDE,1989). Também foi construída a Cuiabá - Santarém (BR 163), que fez conexão do centro sul ao

norte do país.

Cabe lembrar que essas rodovias, além de beneficiar as empresas construtoras, abriram espaço a grandes empresas agropecuárias de colonização objetivando a implantação de projetos de colonização, porém muitas terras foram mantidas como reserva de valor, para especulação imobiliária.

No final da década de sessenta, a questão agrária permanecia sem solução, quando uma missão da FAO chegou, em 1968 ao Brasil, para identificar os motivos que impediam as medidas de reformulação agrária no país, detectando a necessidade de um órgão para encaminhar a reforma agrária. Em função disso, criou-se o Grupo Executivo da Reforma Agrária – GERA, mas, mesmo assim, como relembra MARTINS (1985), a política do governo permanecia inalterada: resolver a questão agrária sem divisões de terra.

A modernização introduzida no campo brasileiro, muito apropriadamente chamada de conservadora, intensificou-se na década de 70. O aumento da concentração de terras e a exclusão social são algumas marcas daquele processo, também em áreas de fronteira, onde estava em curso o desenvolvimento e a expansão de projetos agropecuários.

As políticas públicas não só favoreceram a modernização da agricultura, mas também o monopólio secular da terra. Neste sentido, os excluídos que estavam desprovidos do principal meio de produção, a terra, possuíam duas alternativas; a primeira, submeter-se às várias formas de exploração em outras propriedades rurais; a segunda, migrar para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida. De uma forma ou de outra, no início da década de setenta, seja no campo ou na periferia das cidades, a questão agrária, embora ainda pontual e dispersa no país, agravou-se, cabendo ao governo a tarefa de encontrar solução para o problema.

Com a instituição do PIN, estavam postas as condições necessárias para deslocar e ocupar a fronteira agrícola, a qual se concretizou através das colonizações. Cabe notar que o PIN dava uma conotação social à política de colonização, cuja meta era acomodar, em médias e pequenas propriedades agrícolas, grupos de pequenos produtores, expulsos de “regiões críticas” com

estruturas disparitárias, como o Nordeste. Mas o alvo também alcançava os agricultores pobres, marginalizados ou excluídos pela modernização da agricultura na região centro-sul. A crise social se reproduzia no campo e nas áreas urbanas. Neste sentido, a “solução” da problemática se associou aos interesses expansionistas do capitalismo no meio rural brasileiro.

Neste contexto, valendo-se das normas do Estatuto da Terra, o Estado adotou como princípio a política de colonização dirigida, abrindo espaço para ocupação de terra em área de fronteira, aos latifundiários, empresários e, até mesmo, aos grileiros. A expansão territorial do capital na fronteira foi marcada por conflitos e fatos trágicos, envolvendo índios, posseiros instalados naquele espaço antes do capital.

A colonização dirigida dividiu-se em oficial e particular. A primeira passou a ser coordenada diretamente pelo Estado e a segunda, por empresas privadas de colonização. De qualquer forma, este foi um mecanismo autoritário, que viria garantir a manutenção da estrutura fundiária secular no país, favorecendo os interesses econômicos do capitalismo, em detrimento dos trabalhadores rurais.

Após algumas experiências de colonização oficial, o Estado abriu a possibilidade de que empresas privadas pudessem também atuar em projetos de colonização e foi o governo Costa e Silva (1967 a 1969) que demarcou uma metodologia para a colonização particular.

O INCRA, criado pelo Decreto Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970, substitutivo de extintos órgãos (IBRA e INDA), passou a coordenar a distribuição de terras agrícolas no território nacional.

Desde o início da década de setenta algumas cooperativas agropecuárias já participavam dos programas de colonização oficial. Servem de exemplo as experiências da Cooperativa de Colonização 31 de Março – COOPERCOL, originária de Tenente Portela (RS), no início da década de setenta; recrutou agricultores familiares, naquele Município, para integrarem projetos de colonização oficial, em Mato Grosso e em Altamira, na rodovia Tansamazônica. Mas a participação das cooperativas só foi regularizada em 1976.

Durante o governo Geisel (1974-78), os programas de colonização

oficial recuaram. Em contrapartida, expandiram-se os particulares, sobressaindo-se os projetos implementados por cooperativas agropecuárias, que recebiam um “passaporte” para atuar em diferentes esferas: produção, comercialização e circulação de produtos no mercado nacional. Cabe destacar que com a colonização particular, o Estado fez das empresas privadas seu próprio aparelho executivo.

No governo Figueiredo, o último presidente do regime militar (1979-1984), teve continuidade o sistema de colonização particular na Amazônia legal. Naquele momento, se fortalecia a crise social na região sul do país. É oportuno lembrar que, a partir do momento em que o capitalismo se expandiu no campo brasileiro, via modernização do processo produtivo, aí incluídas as áreas de fronteira, várias categorias sociais passaram a se confrontar, pois o capital não contribui apenas para o aumento da concentração fundiária; ele se “apodera” do trabalho do produtor rural, concentra a renda e, como diz MARTINS (1985), destrói as bases do trabalhador rural, transformando-o em assalariado. Mas é OLIVEIRA (1997 p. 142) quem coloca a questão nos devidos termos: “... o Estado e o capital privado sempre deram as mãos”.

Aos efeitos excludentes da modernização tecnológica na agricultura somavam-se outros problemas sociais negativos, provocados pela construção de hidrelétrica (ITAIPU) e pelo insucesso da colonização oficial na Amazônia e no Mato Grosso, que resultou no retorno de colonos ao Rio Grande do Sul.

Com isso, no sul do país, se constituiu um cenário de lutas sociais. Neste processo, no final da década de 70, surgiu o primeiro acampamento organizado por trabalhadores rurais sem terra, nas reservas indígenas Macali e Brilhante, município de Ronda Alta, no Estado do Rio Grande do Sul, cuja questão será retomada posteriormente.

Na tentativa de controlar o problema, o Governo Federal ofereceu aos acampados terras na região de fronteira, particularmente no norte de Mato grosso, onde as potencialidades geoeconômicas, aliada aos mecanismos públicos especiais, favoreceram a implantação de numerosos projetos de colonização, destacando-se os Programas Especiais de Assentamento - PEA e os Programas de Assentamento Conjunto - PAC, que

tiveram como parceiros as cooperativas e o INCRA.

O PEA e o PAC em Lucas do Rio Verde - MT: uma caracterização

O município de Lucas do Rio Verde situa-se entre os paralelos 12° 38' 69'' S e 13° 28' 06'' S e entre os meridianos 55° 51' 44'' W e 56° 38' 56'' W (figura 01). A ocupação dessa área teve início na década de 70, quando alguns posseiros que acompanhavam a abertura da BR 163, a Rodovia que liga Cuiabá a Santarém, mais precisamente no Km 680, distante 350 km de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, decidiram fixar moradia, formando um pequeno vilarejo.

A designação pela qual ficou conhecido este vilarejo, que anos mais tarde seria transformado em município, está associada ao fato de um influente seringueiro, que tinha por nome Francisco Lucas de Barros, haver-se estabelecido nas margens do Rio Verde. Assim, para os viajantes que ali passavam, o termo referencial da pequena vila ficou sendo Lucas do Rio Verde (PMLRV, 1997).

Lucas do Rio Verde faz parte da Mesorregião geográfica Norte Mato-grossense e da Microrregião do Alto Teles Pires. A maior parte dos 3.645,23 km² que compõem a extensão territorial do referido município é formada por terrenos planos e suavemente ondulados.

Além da topografia que favorece as práticas agrícolas, Lucas do Rio Verde apresenta outras características físicas, que contribuem significativamente para esta atividade. O clima é do tipo Aw (Köppen) ou tropical de savana, e apresenta duas estações bem definidas: uma chuvosa, entre setembro e abril; outra seca, entre maio e agosto, o que facilita o plantio e a colheita. A temperatura média anual, que fica na marca de 24° C, aliada a uma precipitação média anual de 2.361 mm, propicia o cultivo do solo (PMLRV, 1997).

Estas características naturais foram fundamentais para que a vegetação original do município, constituída basicamente por árvores retorcidas e de porte baixo, típicas do cerrado, fosse substituída pela atividade agropecuária que se expandiu na área. Atualmente, 80% da área agrícola já foi ocupada, principalmente com pastagens; o restante é ocupado

por vegetação remanescente, destacando-se as matas ciliares.

Apesar de as características edafoclimáticas serem propícias à exploração agropecuária, no norte do Estado de Mato Grosso, até o início dos anos 80, aquela extensão territorial era praticamente vazia do ponto de vista demográfico. Os campos do cerrado na área eram ocupados apenas por posseiros, que utilizavam o solo para a atividade agrícola de subsistência, praticada em moldes tradicionais. Nestas circunstâncias, o governo passou a considerar aquele espaço - incluindo-se aí, com particularidade, o município de Lucas do Rio Verde - como área de fronteira agrícola e, portanto, passível de ser utilizada para o desenvolvimento de projetos de colonização.

Conforme já referido, no final da década de 70 e início de 80, o quadro social, no Sul do país, particularmente no Rio Grande do Sul, era grave. Os sem terra, incluídos colonos que haviam retornado de projetos de colonização na Amazônia, estavam mobilizados, recusavam a política de colonização e reivindicando terras para trabalhar. Mas o Governo ofereceu terras no Estado de Mato Grosso e, em meio à resistência, muitos colonos aceitaram ir para a nova terra, com o sonho de se tornarem proprietários de terras, almejando não só produzir, mas deixá-las como herança aos filhos, como era a tradição que seguiam.

Em 1982, teve início a execução do Projeto Especial de Assentamento em Lucas do Rio Verde, que tinha como objetivo assentar produtores rurais sem terra que estavam acampados no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. A transferência destes trabalhadores impunha que se montasse uma infra-estrutura para atender as necessidades básicas, fato que levou à criação de uma agrovila, instalada no dia 05 de agosto de 1982. Até então, Lucas do Rio Verde era distrito do município de Diamantino. Com a instalação do assentamento, ocorreu o crescimento econômico e a conquista da emancipação política, já em julho de 1986 (PMLRV, 1997).

Foram transferidas para o território do atual município de Lucas do Rio Verde 203 famílias de trabalhadores rurais sem terra. Mas o Governo não cumpriu tudo o que prometeu e, em menos de dois anos, muitos assentados abandonaram as terras. No processo, alguns retornaram ao lugar de origem, outros migraram para a periferia das cidades mais próximas,

voltando muitas vezes flores do município de Holambra, no estado de São Paulo. No final de 1981, a referida cooperativa foi instalada no município de Diamantino, em área onde foi implantado o PEA Lucas do Rio Verde.

A área do projeto de colonização correspondia a 220.600 hectaflores do município de Holambra, no estado de São Paulo. No final de 1981, a referida cooperativa foi instalada no município de Diamantino, em área onde foi implantado o PEA Lucas do Rio Verde.

A área do projeto de colonização correspondia a 220.600 hectares. Parte da terra, o equivalente a 65.000 hectares, no momento em que foi realizada a colonização, estava ocupada por posseiros, instalados desde a abertura da Rodovia 163 (Cuiabá-Santarém). Assim, restaram 155.600 hectares, que foram divididos em lotes para os assentados e para o núcleo urbano. Desta forma, foram partilhados os lotes e cada família recebeu 200 hectares. Os colonos poderiam usar 50% da área para a produção, o restante deveria ser mantido como reserva florestal (CASTRO et alii, 1994).

A COOPERLUCAS instalou-se em Lucas do Rio Verde, levando aproximadamente 40 sócios produtores capitalizados de Holambra - SP. Nos anos seguintes, após a implantação da Cooperativa, foram assentados também, nessa área, algumas dezenas de produtores com problemas de terra no município de Barra do Garças. A área faz parte da Microrregião do Médio Araguaia e, historicamente, foi alvo de muitos conflitos; aí ocorreu a primeira experiência de colonização executada por uma cooperativa.

Em 1986, através de um convênio celebrado entre o Brasil e o governo japonês, foi implantado, no município, o Projeto de Colonização PRODECER II (Projeto de Desenvolvimento do Cerrado), através do qual foram assentados, aproximadamente, 40 produtores oriundos do Sul do país, em uma área correspondente a 18.000 hectares. Além de assentar os trabalhadores, o Projeto garantiu condições para que a COOPERLUCAS remodelasse suas instalações, destacando-se a construção de infra-estrutura para a armazenagem de grãos.

Com isso, aumentou a procura de terras na região, ocorreu a expansão do cultivo de soja e do milho, impulsionando o desenvolvimento econômico local e regional. Além disso, a COOPERLUCAS transformou-se

numa das maiores cooperativas de produtores rurais do país. Porém, em 1994, ela começou a enfrentar dificuldades econômicas, provocadas por corrupção de dirigentes, cujo fato se reflete negativamente ainda hoje, entre os cooperados.

Histórico das Famílias Assentadas pelo PEA

As famílias instaladas pelo PEA em Lucas do Rio Verde, antes de acamparem na Encruzilhada Natalino, no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, foram arrendatárias de terras dos índios Kaingang em Nonoai-RS, município do mesmo nome, cujo acordo teve o apoio da FUNAI. Os indígenas decidiram apropriar-se novamente das terras, porque se haviam tornado empregados dos arrendatários. Essa situação provocou revolta, resultando na expulsão dos arrendatários (MARTINS, 1985; SANTOS, 1993).

Para impedir que a tensão proliferasse em outras áreas do Estado ou mesmo no país, foi elaborado um plano emergencial de assentamento no norte de Mato Grosso. As terras foram oferecidas; porém, somente parte dos acampados aceitou a proposta de ir para a área de colonização, Terranova, no norte de Mato Grosso⁵. Os demais instalaram-se na beira da estrada que liga Passo Fundo a Ronda Alta, na Encruzilhada Natalino, onde formaram um acampamento para exigir do governo a desapropriação de terras no Rio Grande do Sul. Com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Comunidade Eclesial de Base (CEB), mais tarde, os acampados integraram-se ao incipiente Movimento dos Sem Terras (MST), hoje o maior movimento social do país, mobilizado em prol da Reforma Agrária.

O grupo acampado era formado por, aproximadamente, 600 famílias, e a área sofreu intervenção do exército⁶, que coordenou a ação, mobilizando as polícias federal, rodoviária federal e a militar do Rio Grande do Sul, na tentativa de convencer os acampados a aceitarem as propostas do governo,

⁵ SANTOS (1993) faz uma análise sociológica da colonização executada pela COOPERCOL em Terranova.

⁶ Segundo MARTINS (1985), a intervenção militar na área iniciou-se com a tentativa de aliciamento dos acampados, para que aceitassem transferência. Depois ocorreram ameaças e, mesmo assim, muitos não aceitaram, exigindo do governo a desapropriação de terras.

que oferecia duas opções: empregos como assalariados nas estações experimentais públicas ou a transferência para a Bahia ou Mato Grosso, onde seriam assentados nos projetos de colonização oficial (MARTINS, 1985).

Mesmo assim, a resistência persistiu. Para tentar dismantelar o movimento, o Conselho de Segurança Nacional convocou o major Curió, que ofereceu aos agricultores terras em vários estados. Os acampados mantiveram-se irredutíveis, pois queriam terras no Rio Grande do Sul, como relembra um assentado em Lucas do Rio Verde:

“Foi o Cor. Curió, era na época dos Militares, João Figueiredo, no começo foi muito difícil o aceitação dele lá pelos acampados, tivemos vários confrontos. O INCRA ficava lá para desmobilizar, ofereceu terra em vários lugares, mas nós queríamos terra no RS, simplesmente mataram os colonos no cansaço, seguraram os sem terra lá, por mais um ano, e nós sem ajuda nenhuma”. (S. M.)

Um conjunto de fatores forçava os acampados a partir para uma terra desconhecida. Entre os motivos, destacavam-se: a falta de terras livres e agricultáveis no Rio Grande do Sul, a vontade de ter um pedaço de terra para a reprodução da sua família, o projeto de instalar os filhos, quase sempre numerosos. O sonho de possuir um pedaço de terra e melhorar a vida foi sendo construído em meio à condição de pobreza. O leque de promessas lhes fez vislumbrar possibilidades, até mesmo de enriquecer, e isso levou parte dos acampados a aceitar a proposta.

Entre as promessas, destacavam-se o financiamento para a produção. As terras seriam pagas após longos anos, haveria moradia para se instalarem, além do salário-alimentação, que asseguraria a manutenção nos primeiros anos. Além disso, o governo fez o “jogo sujo” de contratar algumas pessoas para fazer a propaganda das novas terras. Nos termos de um assentado:

Começaram falá, vamo pra lá, lá é bom, tinha uma pessoa Pedro Souza, que já tinha tado no assentamento de Terra Nova e falou, lá eu conheço, lá é área boa (...) e esse (Pedro Souza) foi escolhido pelo pessoal do Cor. Curió pra influenciá as pessoas, que aqui era bom, que podia vir sem problema. (J. S. R)

A falta de perspectiva para obter terra em seu lugar de origem, acrescida das promessas públicas, contribuiu para que algumas dezenas de famílias aceitassem a proposta. Mas a maioria dos sem terra estavam receosos quanto à realidade do lugar distante e desconhecido. Mesmo assim, em dezembro de 1981, 05 produtores sem terras decidiram partir, com suas famílias, para conhecer a área, decidindo pela permanência. Como relembra um assentado, "...de carona no caminhão (...) viemos, eu, Saul Marchiori, Aquilino Sirtoli, Heitor e o Miro" (J. S.R).

A partir daí e considerando a presença de muitos agricultores do Sul no Estado de Mato Grosso, principalmente no norte, outras famílias se dispuseram a arriscar a sorte em terras desconhecidas.

O aparelho ideológico, construído em torno da colonização, e suas vantagens produziram um clima favorável à adesão ao PEA. Também contribuíram as informações obtidas de parentes que participaram da Colonização Agrícola de Dourados, ocorrida nos anos 40, no atual estado de Mato Grosso do Sul, onde os lotes foram distribuídos gratuitamente.

Até junho de 1982, foram deslocadas 203 famílias de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, para Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso, como relata um assentado: "Ninguém tinha área de terra, aí eles falaram, vamo aventurá no MT. Não era proprietário de terra, casei, fiquei 04 anos com meu pai" (D. M). A realidade deste colono evidencia a de muitos outros, que trabalhavam na propriedade dos pais, mesmo depois de casados, dadas as dificuldades de conseguir suas próprias terras.

A viagem das primeiras famílias foi longa, demorada e feita de caminhão. Eles levaram utensílios domésticos, roupas e inclusive animais. "A viagem foi difícil, de caminhão, longa, uma BR Cuiabá - Santarém, puro buraco, levou um dia, de Cuiabá até aqui (...). Chegou aqui, não tinha nem acampamento do INCRA (...) era cerrado prá todos os lados" (S. M. – assentado).

O programa de colonização no meio do cerrado consistiu em desbravamento de matas. O INCRA, inicialmente, se comprometeu em dar a terra aberta, com a infra-estrutura básica, o que de fato ocorreu, mas parcialmente. Além disso, também prometeu fornecer o material para a

construção da casa e o salário - alimentação, até que fizessem a primeira colheita, como relembra um assentado:

Era cerrado, tinha 01 ha aberto, não tinha nada, foi pesado, tinha dias que a gente tinha vontade de pegar a malinha, as crianças e í embora, só que eu pensei, eu sou da lavoura, se for para ir para a cidade trabalhar eu morro de fome, meus filhos também, meu piá trabaia na roça. Lá eu não tinha terra, daí eu pensei que uma hora pode melhorar (D. M.).

A decepção dos assentados já começou na chegada, pois nem todas as promessas de financiamento, moradia e a infra-estrutura prometidas pelo Major Curió, foram asseguradas. O PEA de Lucas do Rio Verde foi marcado por insatisfações. As condições de moradia (contruída com material recebido do INCRA) e as de transporte eram precárias.

O núcleo urbano era distante (30 a 50Km). A precariedade da estrada, a falta de transporte, dificultava o deslocamento dos assentados, tanto para compra de alimentos, como em caso de necessidade médica. Não havia posto de saúde, que também constava na lista das promessas. Somente em 1986 foi construído um hospital particular no núcleo urbano, o que só resolveu parcialmente a situação dos assentados, considerando que nem todos tinham condições de pagar. As dificuldades dos primeiros tempos estão registradas na memória dos que permanecem no lugar:

As dificuldades pra compra, primeiro tempo aqui não existia nada, precisava de alguma coisa tinha que ir a Sorriso, eu mesmo uma vez fui a Sorriso comprá carne, cheguei aqui tive que jogar a carne fora que tava azeda, então não tinha medicamentos, tinha que saí pra fora, Sorriso, Sinop, Cuiabá, bastante carente... (L.A. - assentado).

Os depoimentos também revelaram que os assentados que não tinham tradição agrícola moravam no núcleo urbano e, para estes, a propriedade rural ficava em segundo plano. Assim, quando o INCRA cortou o salário-alimentação, as pessoas que se envolviam com atividade agrícola não tiveram como sobreviver na área, a alternativa foi vender sua parcela de terra.

É importante notar que o salário-alimentação durou pouco; ele foi

suspenso a partir de denúncias de que os assentados estavam vendendo insumos químicos, recebidos para uso nas lavouras, para comprar produtos supérfluos, como, por exemplo, bebida. A falta de dinheiro para manutenção da família provocou a saída de muitos assentados.

Além disso, muitos colonos contraíram dívidas nas vendas da agrovila. O preço das mercadorias compradas era alto. Os vendedores compravam as mercadorias no posto da COBAL, para revendê-las. Como evidencia um assentado: “o produtor recebia o salário pra fazer rancho, mas como os comerciantes compravam na COBAL por um preço, eles vendia por duas ou três vezes a mais”(P. V. N).

O endividamento, associado à falta do salário-alimentação, criou dificuldades para os assentados. Neste sentido, para pagar a dívida, a alternativa foi entregar a terra, mais a passagem de volta para o Rio Grande Sul.

Além dos fatores mencionados, destaca-se o desconhecimento do solo, das características climáticas e dos produtos que poderiam ser cultivados. Além disso, o calendário agrícola era bem diferente do sul do país. Este conjunto de dificuldades fez com que muitos assentados trabalhassem como assalariados nas grandes propriedades para sobreviver.

Nem todos os assentados tinham acesso aos financiamentos como atesta este depoimento “...a gente era pobre e muito visado, nós não tinha nada prá dá de garantia ao banco. Fomos massacrado, e, por isso, muita gente voltou embora” (L. A)

Entretanto os que foram contemplados com o crédito não recebiam, o dinheiro era repassado a um intermediário, que assumia o trabalho de limpeza do terreno, o cultivo da terra, colhia e vendia a produção, como relembra um entrevistado:

Muitas pessoas chegaram aqui sem instrução nenhuma, eram quase que analfabetos. Então, houve um grupo de pessoas que se organizaram diferente. A questão do Banco do Brasil, na época, houve muita desvinculação de recurso..., o Banco tem sua parcela de culpa. . as pessoas que conseguiram se organizar, tinham visão e aumentaram a área, esse grupo de pessoas tinham tradição agrícola (P. V. N.).

Este depoimento atesta que uma parcela dos produtores não seguiu orientações do INCRA, ou seja, solicitar o financiamento e repassá-lo a intermediários. Estes tiveram sucesso e ainda continuam no município. Os produtores sem instrução enfrentaram dificuldades, subordinaram-se a intermediários que não honraram os compromissos. Assim, os assentados que não conseguiram pagar o Banco não obtiveram mais financiamento. Este fato evidencia que os assentados foram vítimas de um “golpe montado”, do qual participaram o INCRA, o Banco do Brasil e alguns empreiteiros.

Com relação ao pagamento dos lotes, segundo CASTRO et alii (1994), no período da colonização oficial em Mato Grosso, o custo do lote para o colono era o equivalente ao valor da terra nua, e deveria ser pago no prazo de 20 anos. Ao valor da terra acrescentavam-se os investimentos em infra-estrutura, demarcação, desmatamento e despesas com a transferência do local de origem para o projeto.

À medida que aumentavam as dificuldades, os assentados foram gradativamente “abandonando” as terras. Os primeiros assentados não pagaram a terra recebida, mas, ao transferir as parcelas para um suposto comprador, o governo “cobrou”, como dívida, a infra-estrutura e os serviços oferecidos aos assentados.

Conforme já referido, a política de colonização associava-se aos interesses do grande capital. O produtor rural descapitalizado, na realidade, só estava servindo para abrir a terra e atribuir valor a ela. A história mostra que o poder público objetiva apenas destruir a manifestação de luta pela terra.

Tendo em vista o quadro de dificuldades, em menos de dois anos, a maior parte dos colonos abandonou o projeto em Lucas do Rio Verde. Sem condições de se reproduzir, a maioria deixou a terra, alguns retornaram para o Rio Grande do Sul, outros instalaram-se na periferia de cidades próximas. Esta tem sido uma prática comum no país, ou seja, fazer assentamentos e não suprir as necessidades do produtor rural descapitalizado

Como relembra um assentado, “tem gente que vendeu a terra em troca de soja, outros vendeu à troca de dinheiro, pela passagem para voltar para o Rio Grande do Sul, teve gente que deu a terra a troca de comida” (S.M.).

No processo, Lucas do Rio Verde passou a vivenciar uma rotatividade de produtores, vinculados a outros projetos, como o PRODECER II.

A segunda leva de produtores que chegaram em Mato Grosso e, particularmente, em Lucas do Rio Verde não enfrentou grandes problemas. Eles possuíam recursos financeiros para comprar a terra que já estava preparada, precisavam apenas construir a infra-estrutura da propriedade e executar o plantio; entretanto as dificuldades surgiram posteriormente.

Das 203 famílias assentadas no início do projeto de colonização, no município de Lucas do Rio Verde, apenas 25 se mantêm na área. Destes, 16 possuem terras e 02 arrendam as terras para outros produtores e os demais moram no centro urbano.

A Realidade da Agricultura Familiar no Município de Lucas do Rio Verde

Em Lucas do Rio Verde, o tamanho padrão inicial dos lotes rurais não se manteve e isto pode ser observado na Tabela 01, que mostra a distribuição desigual da terra, no município.

Tabela 01 - Distribuição da terra em %, no Município de Lucas do Rio Verde – MT (1997)

Tamanho (ha)	Nº absoluto	Nº relativo	Área (ha)	Área (%)
0 - 10	5	0,65	39,00	0,01
10 - 50	27	3,50	962,21	0,23
50 - 100	78	10,12	7.149,38	1,68
100 - 500	523	67,83	126.914,06	29,90
500 - 1.000	85	11,02	59.750,51	14,08
1.000 - 2.500	38	4,93	55.483,23	13,07
2.500 - 5.000	7	0,91	22.155,14	5,22
5.000 - 10.000	5	0,65	37.942,25	8,94
Mais de 10.000	3	0,39	114.074,00	26,87
Total	771	100,00	424.469,78	100,00

Fonte: INTERMAT (1997)

As propriedades rurais com área de até 100 hectares foram consideradas pequenas. Nessa categoria dimensional, estão inseridos 14,27% dos imóveis, os quais ocupam apenas 1,92% do espaço agrário.

Os imóveis situados no estrato de 100 a 500 hectares, considerados médios, representam 67.83% do total; elas ocupam 29.90% da área total. É nesta classe que se encontra a maior parte dos produtores assentados no PEA de Lucas do Rio Verde e, também outros agricultores, como por exemplo os que chegaram através do programa PRODECER II, bem como os produtores rurais trazidos de Holambra pela Cooperlucas.

No estrato superior a 500 hectares, classificados como grandes, encontram-se 17.90% do número total de imóveis; ocupam a maior parte (68.18%) da área agrícola do município. KAGEYMA & BERGAMASCO (1989) classificam este estrato como capitalista e a exploração se processa de forma extensiva ou intensiva, em função do uso de maquinários.

Estes dados evidenciam que Lucas do Rio Verde apresenta uma estrutura fundiária concentrada. Apesar das dificuldades que marcaram o início da colonização, as atividades agropecuárias constituem a base da economia local e elas são exploradas de duas formas: empresarial e familiar.

Na modalidade empresarial, destacam-se grandes e médias propriedades. Nelas se desenvolvem duas especializações: pecuária bovina para corte e cultivo de cereais (soja, milho e arroz), produzidos com tecnologia moderna e mão-de-obra assalariada.

As explorações familiares, objeto do presente estudo, desenvolvem uma diversidade de atividades agrícolas e criatórias. No espaço de cultivo, além do milho e da soja, a terra é usada também com fruticultura, holericultura e criação de animais.

Nestas unidades, a produção tem por finalidade suprir a subsistência e o mercado. Dentre as atividades agrícolas especializadas para abastecer o mercado, destacam-se a fruticultura e a olericultura. Quanto às frutas, se sobressaem abacaxi, mamão, maracujá, uva e, em menor expressão, melancia, limão, figo. Na olericultura, os principais cultivos são: tomate, alface, pimentão, beringela e pepino.

Os cultivos especializados ocupam pequenas áreas, são exigentes em insumos químicos e em mão-de-obra, nas diferentes fases do ciclo produtivo. Isto indica o caráter intensivo das atividades. Muito embora, em Lucas do Rio Verde, a exploração da terra seja recente, o uso intensivo provocou a perda da fertilidade natural do solo. Assim, para manter a produtividade dos cultivos mercantis, tornou-se comum o emprego de adubos químicos e calcário, para corrigir o PH do solo.

No processo produtivo, também são empregados defensivos químicos no combate às pragas e irrigação, para suprir a carência de água nas lavouras, o que implica em custos para o produtor. Somam a isto os gastos com sementes e mudas, que também são comprados.

A pecuária bovina está presente nas propriedades familiares, destacando-se o gado leiteiro, que tem, como finalidades, a subsistência e o comércio.

O número de vacas oscila entre 1 e 11 animais, por propriedade. Em função disso, a quantidade de leite produzido diariamente varia de cinco a oitenta litros diários. O leite é tirado manualmente e esta característica evidencia que os produtores familiares de Lucas do Rio Verde ainda não tiveram acesso às tecnologias modernas, como, por exemplo, a ordenhadeira mecânica. Mesmo assim, a produção do leite é fundamental na microeconomia do produtor no orçamento familiar, como diz um entrevistado "... todo mês a gente tem um dinheirinho que dá pro sal e o remédio..." (D.M.)

Além destas atividades, nas propriedades também são criados outros animais, tais como aves. A criação destes animais tem por finalidade a subsistência e quando há excedentes, são comercializados e isto reforça o orçamento familiar.

Em relação aos cuidados com a criação, constatou-se que a maior parte dos produtores (80%) recorre ao veterinário, apenas para aplicar as vacinas. Os animais são tratados principalmente com ração, farelo e sal. A silagem não é uma prática comum, apenas três propriedades usam aquele sistema de alimentação animal. O mesmo se pode dizer da inseminação artificial, pois somente um produtor faz uso desta técnica.

Além da terra, meio de produção fundamental para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, destaca-se o uso de implementos agrícolas no processo produtivo, porém a mecanização não é homogênea, variando não só o tipo, mas também a quantidade de equipamentos. Os mais utilizados são: pulverizador, trator, motosserra, roçadeira, carpipeira, grade, arado, subsolador, colheitadeira, gradeadora, niveladora, quebrador, forrageira, depenadeira e colhedeira. Contudo, apesar da diversidade de implementos agrícolas, para alguns agricultores as principais ferramentas de trabalho ainda continuam sendo a enxada e a carroça.

A maior parte (nove) dos entrevistados recorre a financiamentos bancários, para desenvolver a produção. Neste contexto, inserem-se os fruticultores, que solicitaram recursos do FUNDAGRO do BEMAT (Banco do Estado de Mato Grosso), que foi liquidado recentemente.

Os produtores que cultivam frutas recebem orientação da EMPAER. Muito embora ela seja considerada importante, pois ajuda a corrigir o solo, identificar as doenças na lavoura, e escolher as sementes, nem todos os produtores recebem orientação; ela alcança somente os fruticultores. Mesmo assim, constatou-se uma certa resistência de alguns agricultores, e isto se deve à orientação errada fornecida por aquela empresa, no início da implantação do cultivo de fruticultura no município, nos termos de um entrevistado: “muitas vezes o agrônomo não orienta corretamente. A orientação do maracujá foi errada. É comum, agora com esse negócio (abacaxi) os técnicos pedirem informação para mim, sobre plantio” (D.M.).

Os produtores familiares de Lucas do Rio Verde enfrentam muitas dificuldades, sobressaindo-se aquelas relacionadas à falta de recursos financeiros e à comercialização da produção.

O mercado local é exíguo e, por isso, não absorve toda produção agrícola. Em função disso, os produtores familiares ficam à mercê de vários agentes, para comercializar a produção. Neste sentido destacam-se: cooperativa, supermercados e atacadistas de outras cidades.

Uma parcela significativa (60%) dos produtores utiliza o sistema de pagamento do frete, para transportar a produção até os centros consumidores

maiores, como, por exemplo, Cuiabá. Os que possuem condução (10%) transportam, vendem ou entregam (no caso do leite) diretamente a produção, em alguns casos (30%), ela é vendida a intermediários na propriedade.

A maioria (90%) dos produtores tem conhecimento antecipado do preço dos produtos que desejam comercializar. Esta informação pode ser obtida de várias maneiras: através de intermediários, nas cooperativas, em supermercados ou repassadas por outros produtores. Já quando se trata de vender a produção, os agricultores enfrentam dois problemas: um é a concorrência e o outro é o baixo preço pago pelas mercadorias, o que muitas vezes não cobre sequer os valores gastos na produção.

Nas unidades pesquisadas, as atividades produtivas são executadas predominantemente pelo grupo familiar. Mas, em momentos de intensa atividade, como é o caso da colheita, eles contratam trabalhadores temporários para auxiliar nas tarefas. Ao analisar esta questão, WANDERLEY (1999:25) ressalta que...

... ela tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global

Em Lucas do Rio Verde, o número de horas trabalhadas pela família nas atividades produtivas sofre variações em função das atividades desenvolvidas. Em uma parcela significativa (60%) das propriedades visitadas, constatou-se que não existe divisão do trabalho entre o homem e a mulher, ambos desempenham juntos as atividades produtivas. Neste caso, o trabalho feminino é dobrado, pois a mulher cuida também dos afazeres domésticos.

Nas demais propriedades, a mulher, além dos serviços domésticos, se envolve também com leite e com as atividades da horta. Netas, os homens cuidam da lavoura e lidam com as máquinas, cuidam do gado de corte e partilha com a mulher os cuidados da ordenha.

Na maior parte das propriedades (60%), há algum membro da família trabalhando fora da unidade produtiva. É comum, sobretudo, no caso do filho homem mais velho, que busca conquistar a sua autonomia, deixar as

atividades agrícolas. Em dois casos, a esposa trabalha fora e isso é considerado fundamental para complementar a renda familiar.

Considerações Finais

O entendimento da expansão da fronteira agrícola no território brasileiro é de grande importância para a compreensão da reprodução e/ou manutenção da unidade de produção familiar.

Parece não haver dúvidas de que a fronteira, hoje, não avança de forma contínua no espaço, ocupando todos os vazios, mas se processa, deixando na sua retaguarda espaços que não interessam à apropriação e ocupação capitalista. Além do mais, para se estudar a fronteira amazônica, parece não ser mais apropriada a distinção ou a sucessão espacial das diversas frentes.

O papel do Estado em área de fronteira ficou bem claro. Embora ele estivesse mediando a luta pela terra, esteve a serviço do capital. De modo a obstacularizar a colonização espontânea realizada pelo pequeno produtor e principalmente pelo posseiro, o poder público adotou a política de colonização dirigida, fundamentada na distribuição de terras a trabalhadores rurais expropriados do campo, pelo capital.

As funções do Estado não mudaram ao longo do processo de ocupação e expansão da fronteira, elas foram sendo aperfeiçoadas pelos sucessivos governos, na tentativa de solucionar os conflitos que surgiam, possibilitando, assim, a reprodução ampliada do capital.

Mato Grosso inseriu-se no processo de expansão da fronteira agrícola. Os primeiros colonos que chegaram em Mato Grosso, ao se deparar com outra realidade, retornaram. A saída deles provocou uma nova leva de colonos para as áreas de colonização, em busca de melhores condições de vida, ou seja, de terras onde pudessem plantar e produzir.

Lucas do Rio Verde insere-se neste processo e evidencia que o INCRA fracassou em seu Projeto Especial de Assentamento. Dos assentados no projeto inicial, poucos permanecem no município e nem todos desenvolvem atividades agrícolas e alguns, por falta de condições financeiras.

De qualquer forma, o projeto de colonização desenvolvido em Lucas do Rio Verde reflete a resposta da área aos incentivos políticos e econômicos definidos pelo Estado. Embora os resultados revelem a não homogeneização da modernização tecnológica na agricultura e a variabilidade das condições de reprodução dos produtores, Lucas do Rio Verde é um espaço reproduzido pelo capital e integrado à economia regional, nacional e mundial.

A produção agropecuária, em Lucas do Rio Verde, é significativa. Esta área, assim como os demais municípios do norte mato-grossense, integrou-se ao mercado. A produção de grãos, efetivada em grandes propriedades, abastece o mercado externo. Mas a agricultura familiar contribui para o abastecimento do mercado interno, com uma diversidade de produtos.

Como ficou evidenciado, a colonização dirigida, quer a oficial quer a particular, está aquém do idealizado, porém ela não representa o fracasso por muitos apontado. Apesar das dificuldades, o produtor familiar desenvolve estratégias internas de sobrevivência, como os cultivos de subsistência que reduzem os gastos: o trabalho fora da propriedade é outro mecanismo e complementa a renda familiar.

Isto atesta a capacidade de adaptação do segmento às determinações do modo capitalista de produção. Cabe salientar, que as dificuldades que afetam o produtor, instalado em área considerada como fronteira, são as mesmas da agricultura familiar nacional. Naquele espaço, se desenvolvem sistemas de produção intensivos e os agricultores são muito dependentes de técnicas, financiamentos do mercado. As precárias condições de apoio institucional, na forma de assistência técnica e apoio creditício, conjugadas às dificuldades de comercialização da produção, constituem uma ameaça à permanência dos agricultores familiares no mercado e também no meio rural.

Diante deste quadro, torna-se necessária a adoção de medidas públicas específica, para fortalecer a produção familiar em área de fronteira pois, ao contrário, tendencialmente, a rotatividade da categoria terá continuidade.

Referências Bibliográficas

- BECKER, Bertha. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- CASTRO, Sueli Pereira et alii. A colonização oficial em Mato Grosso: a nata e a borra da sociedade. *Cadernos do NERU*, Cuiabá: EdUFMT, 1994.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: Formação e territorialização em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1996. 385 p.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- KAGEYMA ; BERGAMASCO. *A estrutura da produção no campo em 1980*. Campinas-SP: Instituto de Economia – Unicamp, 1989. (mimeo).
- LAMARCHE, Hugues (Org.). *Agricultura familiar*. 2ª Ed. Campinas-SP: Ed. UNICAMP, 1997
- MARTINS, José de Sousa. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MIRANDA, Mariana. *O papel da colonização dirigida na expansão da fronteira na Amazônia*. Anais do 4º Congresso de Geografia. São Paulo: [s.n.], Livro 2, v. 2, 1984.
- MOURA, Sandra Corrêa. *Aspectos da pequena produção em Mato Grosso: o caso de Jaciara e Juscimeira*. Rio de Janeiro, 1983. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A agricultura camponesa no Brasil*. Caminhos da Geografia. 3º Ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE. *Perfil sócio-econômico do Município Lucas do Rio Verde* – Mato Grosso. Lucas do Rio Verde, 1997.
- REDWOOD, John. Ocupação, Estado e expansão capitalista: algumas reflexões com base no caso brasileiro. *Revista de Desenvolvimento Regional*.

São Paulo: Cortez, v. 1, p. 47-61, 1982.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Matuchos: Exclusão e luta. Do Sul para a Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1993.

VALVERDE, Orlando. *Grande Carajás. Planejamento da destruição*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de expansão e estrutura agrária. Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: _____. *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo-RS: Universidade de Passo Fundo, 1999.